
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos oito dias do mês de outubro do ano dois mil e treze, às 14h10min, na Casa dos Conselhos, atendendo à convocação da presidente e do vice-presidente, foi realizada mais uma Reunião Ordinária deste Conselho, sob a presidência da doutora professora Maria Celi Chaves Vasconcelos.

1

Compareceram ainda o vice-presidente, mestre professor Jelcy Rodrigues Corrêa Júnior e os conselheiros Cláudia Carneiro Farias, Carlos Henrique David, Maria de Fátima Lavrador de Castro, Elisabete Cunha Saldanha, Márcia Rodrigues Ferreira Alves, Maria de Fátima Fávero Burger de Mendonça, Rosimar Silveira Pinto, Francisco Afonso Eccard, Naara Pereira da Silva Castro, Wesley Diniz Furtado, Angela Maria Araújo de Alcântara, Leonardo Paiva Campos, Thiago Galheigo Damaceno, Maria Clara M. F. da Cruz e Noelma Simões da Costa.

Justificaram a ausência os conselheiros Mônica Vieira Freitas, Wanda Lúcia Borsato da Silva, Deise de Cássia S. de A. Pinto, Ricardo Bragança P. Tâmmela, Renata Martins Varricchio e Gilda Beatriz.

Presentes também os cidadãos Maria Francelina F. Silva, Teresa Freitas, Joselene Ferreira Peres de Freitas, Danielly Ariene Ramos da Silva Costa, Elisabete Reuther, Victor Hugo Amaral Werner, Yan França Ribeiro de Souza, Robison de Souza.

Constatando o quórum, a presidente Maria Celi declarou aberta a Sessão, cumprimentando a todos os presentes e manifestou que foram vultosos e importantíssimos os manifestos dos professores da rede municipal do Estado do Rio de Janeiro, sendo um marco. Mais de cinquenta mil pessoas no movimento. Ainda esclareceu que só quem trabalhou na Rede Municipal do RJ, tem ideia de quais as condições de trabalho são oferecidas: difícil acesso, salários absurdos, etc. e concluiu que devemos fortalecer esses movimentos nas capitais, já que não se faz Educação barata, de 2ª categoria. Foi-se o tempo em que as manifestações aconteciam sem de fato mudar as condições de trabalho na e para a Educação.

A presidente, enquanto cidadã revelou que é extremamente solidária a esses movimentos, e viu que a imprensa se sensibilizou, porém nosso dever é não deixar que o assunto caia no esquecimento.

Foi arguido aos presentes se de fato poderia ser dispensada a leitura das Atas, e com essa anuência, Débora explicou que depois de redigidas as Atas, estas são enviadas aos conselheiros e que se estiver tudo em acordo, segue à aprovação na Sessão seguinte; se por outro lado houver desacordo com alguma fala ou colocação, esta é reformada, seguindo posteriormente o mesmo procedimento.

Foi questionado se a Secretaria de Educação custearia o Encontro de Conselheiros em Salvador, o qual despertou o interesse dos conselheiros, Maria de Fátima Mendonça, Rosimar, Angela, Wesley e a própria presidente, porém esta considerou a dificuldade da

Secretaria fazer esse custeio, porque não saberia com qual rubrica haveria a destinação desta verba.

Rosimar indagou que se não na totalidade, qual contrapartida, a Secretaria poderia oferecer.

A presidente informou que atribuiria à Secretária Geral, professora Deise a incumbência de verificar as possibilidades.

O conselheiro Thiago Damaceno lembrou a todos que preside a Comissão de Educação na Câmara de Vereadores e somente recebeu o Ofício despachado pelo COMED na última semana, mesmo assim, já arquivado. De qualquer forma, esclareceu que não é possível incluir um conselheiro na Comissão de Educação da Câmara porque esta e outras não foram constituídas prevendo tal participação, mesmo porque seus encontros não são periódicos, apenas pontuais, quando há provocação.

Desta forma, a presidente pediu que o Ofício fosse arquivado com a subscrição da devolutiva oral do conselheiro.

Dando segmento à Sessão, a conselheira Maria de Fátima de Castro justificou mais uma vez a ausência da Secretária de Educação devido aos encontros nas escolas e afirmou que está firmado o compromisso de apresentar na reunião de novembro os projetos para a Educação de Petrópolis em 2014.

A conselheira Angela informou aos presentes que se sente muito orgulhosa por ter saído como delegada do Rio de Janeiro na CONAE 2014.

A presidente indagou quem mais representaria Petrópolis na Conferência Nacional, assim manifestaram-se Rosimar, Wesley, Maria de Fátima Mendonça, e então concluiu que esta é uma boa notícia.

Maria Celi inquiriu como estariam se organizando os trabalhos das Câmaras de Políticas Públicas e Educação Básica e foi informada que os encontros de ambas se dariam quinzenalmente e as coordenadoras seriam respectivamente Angela Alcântara e Deise de Cássia (“por procuração”), assim, a Mesa Diretora corroborou a eleição nas Câmaras.

Foi explicado pela presidente que os assuntos tratados por cada Câmara serão conduzidos por suas coordenadoras, que deverão organizar as convocações, as presenças e as atas e entregar à Secretaria Executiva as cópias para arquivamento próprio e somente os assuntos onde não houver consenso, terminalidade, voltarão à Sessão Plenária.

Demonstrando o parecer da Câmara de Políticas Públicas, quanto ao Projeto da Juventude, Angela foi orientada pela presidente a redigi-lo conforme os critérios de um Parecer de Órgão Colegiado.

Maria Celi perguntou se já havia parecer da Comissão de Revisão do PCCS, mas a conselheira Angela informou que os trabalhos ainda estavam em andamento e ainda não havia resultado.

Rosimar solicitou que Angela relatasse o que foi discutido pela Câmara de Políticas Públicas quanto aos grêmios escolares, o que foi brevemente explicado.

Em prosseguimento à pauta, a presidente levantou a questão do parecer da Procuradoria a respeito da presença da professora Renata como membro do COMED e a representação do conselheiro Wesley.

Embora ainda não material, a presidente pediu que Débora relatasse os trâmites para a solução da questão, a qual explicou que o Procurador Bruno em conjunto com o Procurador Geral, Marcus São Thiago, entenderam que se a plenária estava ciente da condição da conselheira e mesmo assim ratificou sua candidatura, o entendimento ficaria circunscrito à soberania do Pleno.

Quanto à situação do conselheiro Wesley, ficou estabelecida a convalidação de sua representação à medida que houve a ratificação através de novo Ofício da UBES.

Endossando os procedimentos adotados, Débora leu os Ofícios remetidos à UBES e à Procuradoria.

O vice-presidente esclareceu que o Conselho não pode a todo o momento ter suas funções precípuas extraviadas por questionamentos secundários.

Maria Celi então declarou os assuntos acatados, esclarecidos e arquivados.

A conselheira Rosimar sugeriu que toda a documentação do Conselho passasse pelo Protocolo Geral, mas Débora explicou que esse procedimento dá ensejo à abertura de processo administrativo, o que resulta numa morosidade que dificulta o trabalho do Conselho, porém mostrou a pasta onde registra o assunto de cada ofício, quando foi remetido, destinação, por quem foi recebido, em que data obteve resposta e como.

Assim, Maria Celi deliberou que a atual condução é mais eficiente.

O cidadão Thiago França, Secretário Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica de Petrópolis, sugeriu que fosse feita consulta ao Conselho Estadual, no caso da professora Renata.

Maria Celi explicou que infelizmente o Conselho Estadual de Educação não tem absolutamente nada a ver com o Sistema Municipal de Educação, e que o COMED Petrópolis tem total autonomia e não há subordinação ao primeiro, por isso a Plenária é deliberativa, e o Conselho não é recursal.

Thiago França lembrou que a Procuradoria é parte envolvida e tem interesse, talvez o Ministério Público possa colaborar.

A presidente fez que almeja que um dia o Conselho Estadual de Educação nos consulte.

Salientando que o movimento do COMED em relação à Procuradoria se deu por insistência da conselheira Rosimar, Jelcy lembrou que o Conselho pode ou não concordar com os pareceres recebidos.

Maria Celi aconselhou que pensamentos e ideias convergentes e divergentes devem estar presentes em qualquer colegiado, porque é isso que lhes confere riqueza e diversidade.

No tocante à Conferência Estadual, a presidente, como participante do Fórum, sabe que os organizadores tiveram um trabalho enorme, mas mesmo assim, obtiveram inúmeros problemas com um intenso trabalho desde abril semanalmente. Os organizadores eram representantes significativos de cada setor e mesmo agora, estão se reunindo para fazerem a avaliação das ações e situações.

A conselheira Angela discorreu que mesmo tendo se reunido por muito tempo, não deu certo, porque estava desorganizado. Não viu organização nenhuma, falta de ficha, falta de crachá, receptividade. Lamentou que as pessoas escolhidas para falarem mal tinham conhecimento do Português culto e se decepcionou com a grosseria do interior, e com uma Comissão retirou duzentas e oitenta pessoas inscritas que não participaram de todas as etapas. Às 23 horas não estavam presentes e então não poderiam participar. E concluiu dando pêsames a Comissão de Petrópolis, no início, meio e fim, quando Débora ficou chamando de cinco em cinco minutos para irmos embora e termos deixado dois jovens à meia noite em São Cristóvão. Finalizou que a van foi alugada para as pessoas de Petrópolis e a “dona” Débora pediu que o motorista passasse pelo Quitandinha para deixá-la em casa.

A presidente pediu que os assuntos relativos às divergências dos delegados de Petrópolis fossem resolvidos após a reunião e somente com os envolvidos e pediu que não perdêssemos o foco dos municípios na disputa, pois isso seria importante para o Fórum.

A conselheira Maria de Fátima Mendonça colocou que as afirmações de Angela quanto à conduta de Débora não eram verdadeiras e nem justas, porque a delegada Gelza havia dito ao motorista que ficaria no Quitandinha, no mesmo local onde pegou a van na 6ª feira, e então Débora, também saltou no caminho, assim como posteriormente ela própria e a delegada Márcia.

Angela acreditou que Petrópolis se destacou na Conferência Estadual porque em vários momentos foi possível fazer articulações com outras pessoas, de outros municípios e com outras realidades e recebeu elogios e agradecimentos de todos com quem estabeleceu contato. Afirmou-se ainda orgulhosa porque não havia nenhum petropolitano no seu segmento e mesmo assim, conseguiu sair como delegada para a Conferência Nacional.

Maria Celi asseverou que Petrópolis daqui para frente será referência de participação popular e de Conselho ativo, aproveitou para parabenizar Angela e afirmar que esta seria danada.

Entendendo que a Conferência estava organizada de uma forma, mas tendo conseguido alterar o Regimento, a conselheira Rosimar viu produtividade, porém a

organização das Intermunicipais não elevaram as discussões dos eixos, tornando esta etapa uma reviravolta. Concluiu informando que o PT estava lá com listinhas prontas, mas não conseguiu impedir que a participação fosse concretizada e gostaria de repassar os assuntos que não foram atribuídos e resolvidos internamente. Quem saiu antes, perdeu a possibilidade de participar com as vagas remanescentes e também viu que os contatos foram muito importantes.

Segundo a conselheira Angela, a professora Bertha declarou que os delegados de Petrópolis jamais serão esquecidos.

A presidente evidenciou que as conselheiras Rosimar e Angela fizeram o maior sucesso durante a Conferência, devido aos seus questionamentos e interferências.

A conselheira Maria de Fátima considerou que a proposta sempre foi participar desde o começo e em todos os momentos, porém, a falta de noção e experiência do que é uma sala de discussões prejudicou a conclusão das tarefas com a diligência e o respeito necessários entre os participantes. Informou ainda que como representante da Escola Técnica Pública, articulou-se com aqueles que estavam em sua sala para participar, mas não gostaria de participar novamente se fosse desta mesma forma.

A Secretária Executiva do Conselho solicitou como questão de ordem que lhe fosse dado o direito ao contraditório e à ampla defesa assegurados pela Constituição Federal, quanto às acusações à sua pessoa por parte da conselheira Angela, principalmente porque além de outros equívocos, o horário de saída de São Cristóvão foi às 21h50min e não à meia noite.

A presidente Maria Celi negou a última solicitação.

O Vice-Presidente, professor Jelcy disse que nos reuniríamos em separado para discutir a situação porque ele próprio já teria ouvido todas as versões da questão, e por todos os envolvidos, e teria procurado o motorista da van, que afirmou que a conduta de algumas pessoas foi extremamente desrespeitosa e injusta, inclusive com ele.

O conselheiro Wesley considerou que todo o espaço de discussão, principalmente para quem ainda está aprendendo, não fica muito distante dos mesmos erros que acontecem frequentemente nos processos formativos, de educação. Ficou triste pela eleição dos delegados ter acontecido daquele jeito, porque algumas pessoas se inscreveram para um segmento e depois, concorreram nas mesmas vagas dos pré-inscritos; assim, as fichas foram entregues na hora do desespero e por essa razão, acabou se tornando apenas suplente.

As Conferências são processos caros e que geram muito aprendizado, inclusive, político, porque as pessoas devem saber lidar com discussões acaloradas, lembrou a presidente.

Quanto ao eixo de Participação Popular, o conselheiro Wesley considerou positivo por si só, porque estimulou a sociedade a debater os instrumentos democráticos locais, e ficou devendo apenas a mobilização de fato. Aduziu que saímos perdendo um pouco,

porque o trabalho é de formiguinha. Nada nasce perfeito, mas estamos caminhando para isso.

A cidadã Maria Francelina foi eleita como representante de Petrópolis como delegada para a etapa Nacional e entendeu que algumas pessoas estavam despreparadas para o momento. Havia um grupo de professores sem educação, sem saber o porquê de tanta luta pela categoria e desqualificaram a participação, porque se perdeu a continuidade. Lembrou que fez parte do COMED e procura levar à Comunidade as informações que chegam, e está aberta ao trabalho voluntário, dando publicidade. É para isso que servem os Conselhos. Petrópolis fez mudar o Regimento da Conferência Estadual, que estava fechado em Partidos Políticos porque a Educação está de “pernas quebradas”. As pessoas querem passear, a atuação de Petrópolis está de parabéns!

Os delegados irão à Etapa Nacional no próximo ano e se destacarão porque o processo não termina aqui, o trabalho foi bem articulado e é imprescindível que os “pneus sejam trocados com o carro em andamento”, afirmou a presidente.

A conselheira Rosimar lembrou que é preciso articular a ida à Salvador para o próximo fim do mês.

A presidente orientou que a equipe organizadora da Etapa Estadual continua se reunindo para incorporar os assuntos reiterados pelos Conselhos Municipais nos relatos da avaliação do Encontro.

A conselheira Angela viu que este é um aspecto que dará credibilidade às discussões.

Avaliando o trabalho levado pelo SINPRO, como um documento muito bem organizado, o qual seria legal até ter como ideia para produzir semelhante pelo COMED, explicando os temas polêmicos, embasando a defesa das propostas e considerando que as Reuniões das Câmaras podem discutir certos pontos, ou até mesmo suprimir assuntos de trabalho do Conselho, refletiu o vice-presidente Jelcy.

A presidente afirmou que não viu o grupo de Petrópolis se articulando, todavia o grupo estava muito entrosado e dominando o documento referência. Ela entendeu que aquele que compareceu sem ler o documento de referência, “perdeu o bonde”. Não entendeu bem o porquê se criou um enorme mal-estar na questão das pessoas portadoras de necessidades especiais, onde poderia ter se resolvido facilmente.

Sentiu-se bem mais preparada para a Etapa Estadual com as discussões da Etapa Intermunicipal, declarou a conselheira Angela.

Jelcy admitiu que a Conferência Municipal não deu espaço para quase nenhuma discussão, porém o nosso “dever de casa” enquanto Conselho, foi feito, principalmente na Intermunicipal e que os constrangimentos gerados transformaram as pessoas para melhor. Um monte de gente carrega o andor, as ideias, mas não se pode seguir a procissão, sem

saber ao que se presta. Educação para Democracia tem que ser submetida ao choque, para ver o que vai acontecer e os olhares ficarão distorcidos mesmo.

O conselheiro Thiago informou da necessidade de revisão da Lei Orgânica do Município, porque são muitas as incoerências, que interferem inclusive no papel do Conselho na Educação da cidade, por isso, enviou o Ofício convidando os conselheiros a enviarem sugestões, porém não recebeu nenhuma, assim, serão necessárias as presenças de todos os vereadores, principalmente se for identificada a necessidade de nova publicação do Decreto de Criação do Conselho, conferindo-lhe a legalidade que lhe é própria.

A presidente propôs que quando o documento da Câmara estiver pronto, poderemos marcar uma sessão extraordinária para estudá-lo.

Segundo o vice-presidente, o Decreto determina ações que não são coerentes com a Lei.

A presidente perguntou se os integrantes da Câmara de Políticas Públicas elaboraram o Parecer a respeito da apresentação do Projeto dos Grêmios.

Lido o parecer, a coordenadora da Câmara de Políticas Públicas, conselheira Angela, informou as carências, desestrutura e os erros, assim, considerou-o desfavorável.

Apresentando a estrutura que deve ser estabelecida nos documentos produzidos pelo Conselho, a presidente recomendou que Angela reelaborasse o Parecer para avaliá-lo na própria Câmara e na Plenária.

Jelcy perguntou qual era a recomendação da Câmara para o assunto.

A coordenadora da Câmara, conselheira Angela, declarou que a intenção era a formação de um grupo para fazer esclarecimentos aos jovens para que pudessem melhorar o seu Projeto.

Maria Celi explicou que isso é voto e não parecer de recomendação e pediu que na próxima reunião o documento estivesse devidamente elaborado.

O conselheiro Thiago lembrou que já foi do Conselho em outros momentos e questionou como o Conselho pode ter ingerência à constituição de grêmios diante do seu próprio Regimento.

O Conselho deve estimular a constituição de Grêmios, segundo as atribuições de seu próprio Regulamento, asseverou a presidente.

Jelcy retomou que será preciso definir como será essa participação.

A presidente então considerou que o voto não está pronto para ser votado.

O conselheiro Thiago conversou com pessoas da Coordenadoria do Movimento Estudantil e UBES e percebeu que o movimento em Petrópolis vem crescendo e se fortalecendo.

Completando o pensamento do conselheiro Thiago, Jelcy informou que Escola é lugar para se aprender, e onde acontecem intervenções, no intuito de contribuir para o alcance da maturidade e o fomento dos conhecimentos.

Maria Celi informou que as coordenadoras serão Angela Alcantara e Deise respectivamente, Câmara de Políticas Públicas e Câmara de Educação Básica.

A conselheira Márcia explicou a escolha de Deise para ser a coordenadora de tal Câmara feita pelos presentes e aceita via telefone e informou o calendário já estabelecido para seus encontros às quintas-feiras, às 9 horas na Casa dos Conselhos, nos dias 17/10, 31/10, 14/11 e 28/11. Também esclareceu a composição da Comissão Permanente de Acompanhamento e Vistoria dos Centros de Educação Infantil Públicos (Márcia Alves, Sandra Bortolotti e Rosimar Pinto) a serem inaugurados brevemente, onde já ficou estabelecido o calendário de visitas aos espaços CEI Déa Lúcia Cordeiro, CEI Professora Patrícia Ferreira e Silva Freitas e CEI Professora Dora Killer.

A conselheira Angela, por sua vez, explicou que a próxima reunião da Câmara a qual coordena acontecerá também no dia 17/10 às 9h e apresentará o calendário desta e o Parecer, na Reunião Ordinária do mês de novembro.

A conselheira Maria de Fátima Lavrador sugeriu a leitura.

Mais uma vez, a presidente solicitou que os trabalhos das Câmaras sejam organizados por suas coordenadoras, inclusive as convocações, e que as reuniões sejam registradas no formato de Atas e entregues com as assinaturas, para a Secretária Executiva arquivar e que os Pareceres devem ser escritos com Histórico, Análise e o Parecer (voto) para que depois de apresentado nas Sessões Plenárias, possam ser publicados.

Indicando que a Deliberação nº 001/12, impõe que deve ser submetida à apreciação do COMED, a criação, o funcionamento e inspeção das instituições de Educação Infantil e entendendo os limites do Conselho, a conselheira Márcia concluiu que caberia simultaneamente à Inspeção Escolar e ao COMED, tais tarefas, porém com ingerências diferentes.

A presidente lembrou que o Conselho faz a norma e a operacionalidade cabe à Secretaria de Educação.

Márcia entendeu que é interesse do Conselho fazer as visitas, mas até o momento, não foram trazidos os Pareceres das instituições que abriram após a publicação da Deliberação.

Maria Celi evidenciou que não é possível a sobreposição de funções, apenas recomendações.

A conselheira Rosimar colocou que emitir pareceres sem conhecer os espaços e as condições mínimas de funcionamento é impossível.

Maria Celi se reportou ao Conselho Estadual de Educação e lembrou que este não tem Câmara para acompanhamento destes procedimentos, mesmo porque quem tem a competência técnica para emitir laudos é a Inspeção Escolar. Os conselheiros todavia, podem buscar instruir com pareceres estes profissionais, mesmo abrindo a possibilidade para não acatá-los ou reconhecê-los, já que há a dificuldade da separação de atribuições, porque há membros que também são inspetoras escolares do município.

A conselheira Maria de Fátima leu a Ata da Câmara a qual estava inscrita – Câmara de Educação Básica.

O vice-presidente organizou os pensamentos de colocou que o fato do Conselho assumir um perfil controlador e fiscalizador será dado desde que a Plenária assim autorize e não apenas estes ou aqueles membros.

Maria Celi lembrou que a essência de qualquer Conselho é se pautar na força do Colegiado.

Rosimar afirmou que a plenária indicou o assunto à Câmara, que realizou o que julgou necessário.

A presidente mediante ao Parecer do Colegiado, reiterou que estão autorizadas as visitas e lembrou que Conselhos são cartoriais e burocráticos, todavia, o Órgão é designado em Diário Oficial, com laudo técnico e posterior parecer do Conselho.

Márcia explicou que houve o pedido de pronunciamento da Câmara e independente das inaugurações, as instituições receberão as visitas e estarão registrados esses pareceres na documentação do Conselho.

A presidente então colocou que a Comissão Permanente de Nomeações e Designação de membros com a elaboração em separado dos três pareceres, será constituída por Deise, Márcia, Maria de Fátima Lavrador, Sandra, Janaína e Rosimar.

A Conselheira Noelma cumprimentou e agradeceu ao trabalho dos conselheiros que fizeram representar o COMED na Conferência Estadual e disse aguardar o aprofundamento dos assuntos pertinentes à educação nas próximas Sessões Plenárias.

Maria Celi ratificou a fala da professora Noelma e acreditou ser interessante esta forma de configurar o Conselho.

A conselheira Maria de Fátima Mendonça perguntou sobre a frequência nas Câmaras, o que a presidente respondeu não ser definido, porém imprescindível a justificativa antecipada.

O vice-presidente concordou que trabalhos voluntários são assim mesmo, nem sempre é possível “contar” com todos nos vários momentos.

Rosimar reafirmou que por mais de uma vez, não foi convocada a comparecer aos encontros do CONCIDADE, deixando nesse a ausência da representação do COMED.

Solicitando a alternância de horários nos trabalhos das Câmaras, se manifestou a conselheira Naara.

A conselheira Angela perguntou sobre o andamento do site e Débora respondeu que diante da presente reunião, o assunto ficará para depois.

Rosimar esclareceu que funcionários públicos podem pedir dispensa devido ao relevante papel social e solicitou que constasse em Ata que houvesse a previsão de cadeiras na Conferência para Profissionais da Educação, além de Professores.

Finalizando, a Mesa Diretora agradeceu a colaboração individual de cada membro pela ajuda indistintamente.

Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente declarou encerrada a reunião, agradecendo o compromisso de todos e autorizando a elaboração da presente Ata, que por mim foi redigida e assinada.

Petrópolis, 08 de outubro de 2013.

Secretaria Executiva do COMED